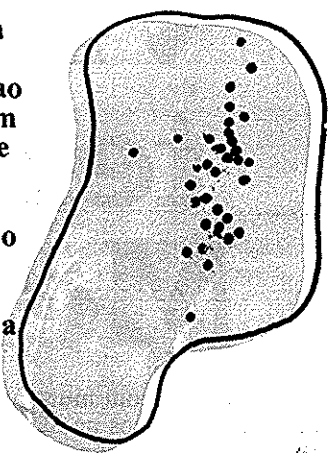


O universo cultural do alto Xingu

ALTO XINGU

A região do alto Xingu é a área tradicional de diversos povos indígenas. Mas, graças ao seu difícil acesso, tornou-se um refúgio para outros povos que para lá se dirigiram desde o século XVI, escapando dos colonizadores europeus. Com o passar do tempo, a grande diversidade sócio-cultural original sofreu uma tendência a tornar-se uniforme, com excessão da língua. Assim, o Xingu abriga hoje uma diversidade de povos que compartilham características culturais comuns



Em 1961 foi criado o Parque Indígena do Xingu. Além dos grupos que já existiam na região, foram levados para lá povos inteiros, cujos territórios originais estavam sendo invadidos pela "civilização".

O alto Xingu se divide em duas regiões: a área do Uluri (ou simplesmente "alto Xingu"), onde vivem os povos mais antigos, e o norte do Xingu, local dos povos que se estabeleceram mais recentemente. A população total está em torno de 3 mil pessoas, pertencentes a 16 grupos.

Na área do Uluri estão os Aweti e Kamayurá, de filiação lingüística Tupi. Os Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Nafukwá e Txikão, da família Karib. E os Mehinaku, Waurá e Yawalapiti, línguas Aruak. Nesta área encontra-se o Posto Indígena Leonardo Villas-Boas, administrado pela Funai.

Ao norte do Xingu vivem os Txukahamãe, Suyá e Kreen-Akarore, grupos Jê. Os Kayabi, de filiação lingüística Tupi. E os Juruna e Trumai, ambos falando línguas isoladas. Nesta região estão os postos indígenas Kretire e Diauarum.

Intercâmbio

Entre os grupos indígenas que vivem no Xingu, há uma grande tendência dos não-xinguanos, isto é, dos povos não originários da região, incorporarem características da cultura xinguanas. Por outro lado, os índios xinguanos estão mais abertos à assimilação de produtos e costumes da nossa sociedade, representada, principalmente, pelos funcionários da Funai que atuam nos postos indígenas e pelos visitantes.

Três sistemas de troca e de comunicação relacionam os grupos indígenas do Xingu: o comercial, o matrimonial e o cerimonial.

A troca comercial é o intercâmbio de mercadorias. Alguns grupos se tornaram especialistas na fabricação de produtos como a cerâmica, feita pelos Waurá. A troca pode ser de dois tipos: a individual e a cerimonial. A individual se dá entre pessoas de aldeias diferentes, envolvendo uma grande diversidade de artigos. Os produtos característicos e distintivos de cada povo são intercambiados em trocas cerimoniais.

O casamento entre pessoas pertencentes a povos diferentes também é comum no alto Xingu. Desta forma são estabelecidas alianças entre os povos, podendo vir a influenciar na esfera política, caso as famílias em questão estejam sob a liderança de um chefe da aldeia. Da mesma forma são criadas alianças entre os grupos residenciais a que pertencem cada membro do casal.

O terceiro tipo de troca, e o mais importante na sociedade xinguanas, particularmente na área do Uluri, é a troca cerimonial. Ela é realizada por duas ou mais aldeias, através de uma grande diversidade de rituais, organizados com base nos mitos, na música, e na expressão corporal. Além do mais, a troca cerimonial possui uma linguagem própria, dominada por todos os povos que dela participam. Esse complexo sistema de comunicação, que envolve não só a troca de artigos, mas de notícias e valores culturais, é o que melhor representa a especificidade das sociedades xinguanas.

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA
S U P L E M E N T O
AGO. Set. 1986
Nº 7



MURILLO SARDILOS

Viagem à terra dos Mehinaku

Todos estavam com muito medo e se refugiaram na floresta deixando só os melhores arqueiros na aldeia. Quando o **karai** (como o branco é chamado) chegou, deu a todos muitos presentes, e os arqueiros chamaram de volta os que estavam na floresta.

As pessoas ganharam facas, mas não a compreenderam, e cortavam os braços e as pernas.

Entre os rios Tuarauri e Kulisehu, na bacia do alto Xingú, vive o povo **Mehinaku**. Desde o século passado eles mantêm contato com os "brancos". O que lhes custou uma série de epidemias de gripe e sarampo, reduzindo em muito sua população. O resultado mais visível do contato, além da depopulação, é a introdução de objetos como panelas e facas sem que isso, no entanto, venha quebrar sua ordem cultural. O contato com o posto indígena e com outros índios xinguanos é freqüente, resultando em muitas trocas de artigos e na participação de vários cerimoniais.

Atualmente, os 95 **Mehinaku** vivem numa única aldeia, além de alguns poucos serem remanescentes dos grupos **Yapanaku** e **Kutanapu**, ambos da língua **Aruak**. Hoje em dia as diferenças lingüísticas e culturais entre os três grupos são pouco significativas.

Na aldeia

Tomemos um avião para sobrevoar a aldeia **mehinaku**. Vemos uma grande clareira no meio da floresta. Oito casas compridas e ovaladas rodeiam a praça central, onde se localiza a "Casa dos Homens". Um longo caminho que vai do Kulisehu ao Tuatuari corta a aldeia pelo meio e outras pequenas trilhas levam às roças e a diversos pontos da floresta. Muitas crianças correm ao centro da aldeia para apreciar e discutir a passagem do avião. Mas qual será a visão dos **Mehinaku** sobre sua própria aldeia?

Segundo os **Mehinaku**, desde o tempo da criação suas aldeias têm sido localizadas e planejadas da seguinte maneira: cada aldeia fica sempre entre os rios Tuatuari (a oeste) e Kulisehu (a leste). Quando o sol nasce, seu caminho deve ser paralelo ao longo da trilha que vai do porto do Kulisehu ao centro da aldeia. Ao passar por cima da "Casa dos Homens", o sol deve seguir o grande caminho até o lugar de tomar banho quando se põe. A "Casa dos Homens" divide em dois o caminho do sol, e o banco à sua frente deve proporcionar uma vista livre por sobre a estrada, através da floresta. O plano da aldeia, portanto, está em íntima relação com a organização da natureza, no caso, o céu.



Jovem mehinaku fazendo beiju. Arquivo Porantim



Mulher mehinaku. Arquivo Porantim

É pelo caminho do sol que chegam as novidades que quebram a rotina da vida **mehinaku**: os visitantes, os homens carregados de peixes. E os habitantes da aldeia que saem e voltam cheios de notícias. Por isso este caminho está sempre sendo observado pelos olhos de todos. As casas são construídas de tal maneira que a porta, ou mesmo uma janelinha aberta na palha, proporciona uma vista da estrada e da praça.

A praça

Wenkutacu significa "lugar freqüentado": este é o nome dado à praça no centro da aldeia. É ali onde os habitantes tomam decisões em público, fazem discursos, realizam rituais, enfim, praticam a vida social. Algumas áreas da praça são destinadas a atividades específicas. Assim, existe o "campo de luta", para sessões de lutas à tarde, e o "círculo dos xamãs", onde todas as noites os xamãs se encontram para fumar e para discutir os acontecimentos do dia. O cemitério também está localizado na praça, ligado ao céu por meio de uma estrada invisível que sai da aldeia.

A casa

A casa **mehinaku** é grande, em formato ovalado. Possui apenas duas portas e não existem janelas. As portas sempre são trancadas à noite para evitar os mosquitos e as bruxas.

A porta dianteira dá para a praça e a área situada imediatamente em frente é chamada "boca da praça". É ali que, no fim da tarde e à noite, as mulheres sentam-se para conversar e assistir à luta dos homens.

A área atrás da casa, próxima à porta dos fundos, é utilizada para uma série de atividades diárias. É onde os moradores trançam cestas, esculpem madeiras, limpam peixes e preparam a mandioca na estação seca. É o lugar onde as pessoas estão mais à vontade, permanecendo sem pinturas corporais nem adornos, ao contrário da praça.

Por dentro, a casa é dividida em várias regiões, apesar da ausência de paredes internas. A parte central é usada como despensa, área de trabalho e cozinha. É onde as mulheres preparam o peixe e o beiju com o pilão de madeira e a vasilha de cerâmica. As áreas de dormir estão situadas nas extremidades da casa, as únicas partes privadas e que permanecem sempre sem luz. As famílias nucleares (pai, mãe e filhos), colocam suas redes próximas umas das outras, compartilhando um espaço comum, onde guardam objetos pessoais. É neste lugar onde ocorre a única situação em que se constrói uma parede interna na casa, e onde o residente fica em reclusão. Deixemos de lado, agora, nosso avião para viajarmos um pouco pelas etapas da vida social **mehinaku**.

Reclusão

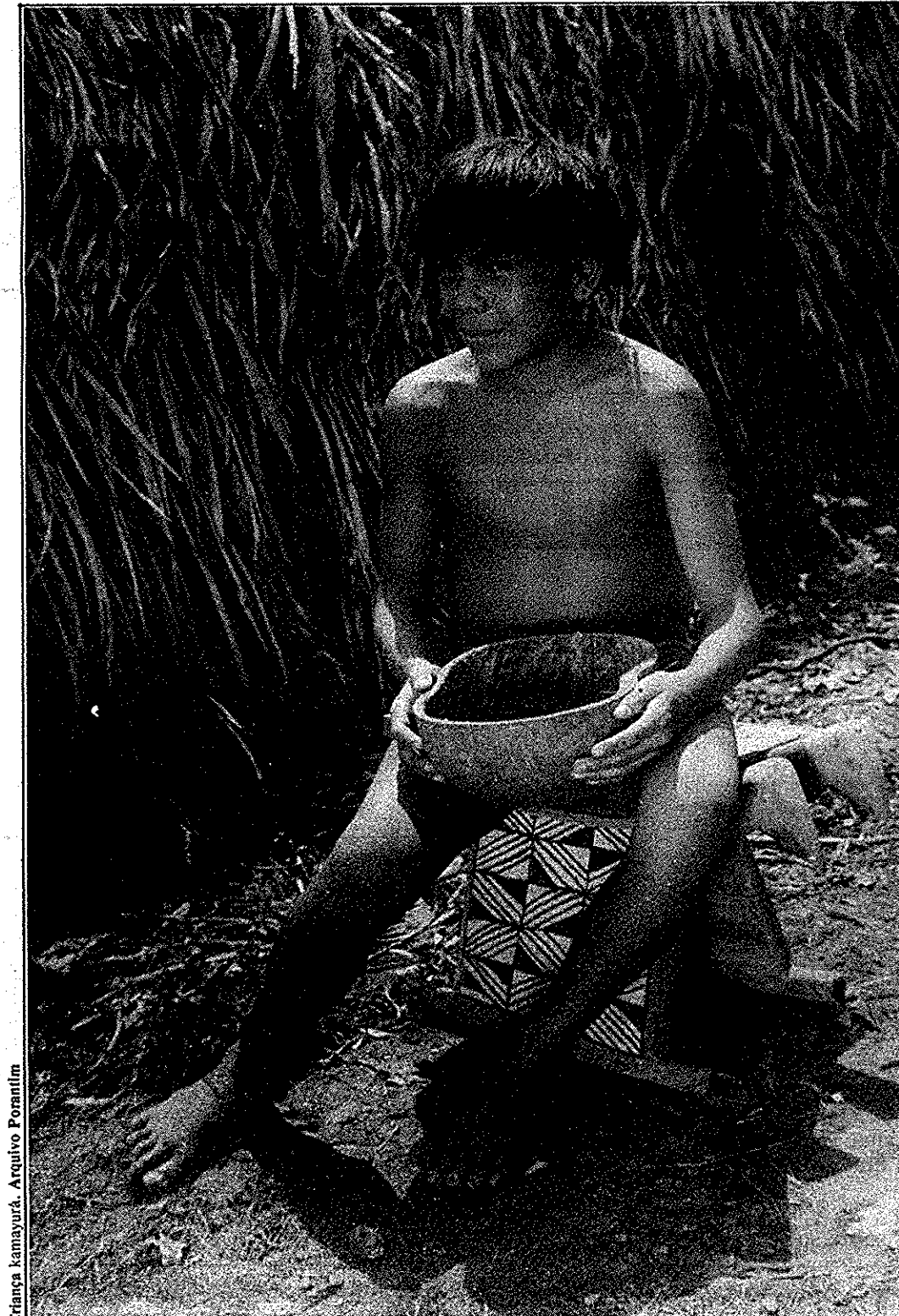
A reclusão é um período onde a pessoa fica isolada da vida social. Ela vive atrás de uma divisão de palha construída dentro de sua casa. Esse isolamento acontece em vários momentos da vida de um índio **mehinaku**. Primeiro, logo após o nascimento, quando a criança é isolada junto com os pais. Mais tarde, os meninos voltarão logo após o ritual de perfuração da orelha, que ocorre entre os 7 e 12 anos. Os outros momentos são na adolescência, quando morre o marido ou a esposa e quando uma pessoa torna-se xamã.

O objetivo da reclusão é assegurar o desenvolvimento físico e a maturidade. Para isso eles obedecem uma série de restrições alimentares, tomam alguns remédios especialmente preparados e realizam determinadas atividades. É um período em que a pessoa volta-se para si mesma e para exercitar-se na cultura **mehinaku**.

O que o branco levou aos Kamayurá

Mavutsinin criou os **Kamayurá** e os civilizados com a intenção de formar uma grande aldeia no **Murena**, o centro do mundo. Quando os dois se tornaram adultos, **Mavutsinin** fez um arco preto e uma arma de fogo. Chamou os rapazes e colocou-os diante dos objetos. Mandou o **Kamayurá** pegar a arma de fogo: "Você pode pegar aquela, meu neto". Mas o **Kamayurá** encantou-se pelo arco preto e o apanhou. **Mavutsinin** zangou-se: "Não pega isso não, pegue a arma de fogo". O **Kamayurá** manteve-se na escolha. Diante disso, o civilizado pegou a arma de fogo para si. Irado com o desfecho dos acontecimentos, **Mavutsinin** falou: "Você civilizado vai para longe, seu irmão fica por aqui mesmo".

... e o civilizado se foi. Até que ele voltasse os **Kamayurá** tiveram um longo período onde viveram à sua maneira, junto com seus vizinhos do alto Xingu.



Criança kamayurá. Arquivo Porantim

Em 1884 houve uma expedição que entrou em contato com os **Kamayurá**, mas só em 1961 é que o contato passa a ser intensificado, através da presença de um posto indígena do extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio). O que esse posto realmente representou para este povo? Que mudanças trouxe para o seu dia-a-dia?

Antes da chegada do posto indígena com todos os seus produtos industrializados, vivia-se em contínuo intercâmbio com os demais grupos da região. Era com eles que os **Kamayurá** obtinham todos os artigos que não produziam e que sentiam falta. Com a introdução da arma de fogo pelo posto, sentiram uma consequência imediata: o arco preto que sempre foi tido pelos outros grupos como um elemento indispensável e muito valorizado nas trocas intertribais passou a ter apenas um valor simbólico.

Uma coisa importante a ser lembrada, no entanto, é que a introdução de novos elementos como o machado, anzóis e panelas não trouxe mudanças nas trocas cerimoniais, chamadas de **Moitarah**.

A troca ritual

As mulheres são mais recatadas que os homens. Chegam à casa da troca em silêncio. Os homens quando aparecem gritam para que toda a aldeia saiba: "**moitarah, moitarah**".

A troca é decidida sem muitos preparativos. Um grupo de uma casa, formado só por homens ou só por mulheres, resolve visitar outro. São os visitantes que deverão tomar a iniciativa, depositando um artigo no chão, perto da entrada da casa. O artigo percorre entre as pessoas, até que uma resolva ficar com ele, e logo em seguida deposita sua oferta. É iniciado um novo exame sobre as qualidades do artigo apresentado. Caso se resolva pela troca é retirado do chão. Esse é apenas o início, pois o entusiasmo toma conta das pessoas e dentro de pouco tempo será impossível saber quem colocou determinado artigo para ser trocado, tamanho será o número de coisas no chão. E assim prossegue até que não fique mais nenhum ou o interesse dos participantes acabe.

Nas trocas intertribais, quem coordena esse processo é o líder de cada aldeia. É ele quem dá o primeiro lance. Cabe ao líder da aldeia visitada apresentar o artigo para troca, depois de ter consultado a comunidade. Quando ocorrem esses encontros, os rapazes lutam o **huka-huka** antes do início das trocas.

Política e economia

Na aldeia **kamayurá** existem, basicamente, três personagens principais: o líder da aldeia, o chefe da casa e o chefe da família. Eventualmente essas três figuras podem ser uma só pessoa, já que as características pessoais de um líder são as mesmas. O que muda é apenas o grupo que ele domina. Quais serão então estas características?

Acima de tudo ele deve ser uma pessoa o mais despreendida possível com relação aos bens materiais. Não deve querer guardar para si, mas pelo contrário, procurar distribuir o mais possível para as outras pessoas da comunidade. Aquele que guardar as coisas para si, sem dar muitos presentes, será mal visto e provavelmente não conseguirá ficar por muito na posição de líder.

O chefe da casa exerce um papel importante na distribuição dos alimentos. Cada casa é uma unidade de produção independente. Mas isso não quer dizer que quando uma casa está com problemas nas suas plantações as outras não ajudam. Ao contrário. É muito importante para manter o prestígio do chefe. Mesmo não havendo necessidade é uma prática comum a distribuição de presentes. O chefe da casa deve saber programar com exatidão o consumo e coordenar o processo de plantio e distribuição. Também é importante que ele planeje uma certa quantidade de alimentos para distribuir entre os demais membros da aldeia.

Há momentos em que esse tipo de ajuda é fundamental para a sobrevivência de uma comunidade. Foi esse o caso quando da transferência dos **Txikão** para o Parque do Xingu. Enquanto suas roças não estavam produzindo, as aldeias vizinhas contribuíram com alimentos de suas próprias plantações.

O branco volta

Os **Kamayurá** acreditam que uma coincidência oportuna aproximou-os do "branco" que gosta de trocar tanto como ele. O grande doador, o posto indígena propõe e aceita trocas freqüentemente. Os demais "civilizados" sempre querem trocar, embora muitas vezes desconhecem os valores dos produtos.

Entretanto, a experiência mostrou que os "brancos" não são todos iguais. Existe uma aparente superioridade tecnológica na relação entre o posto e os **Kamayurá**, mas é importante observar que essa relação tem como fundamento básico padrões de conduta dos **Kamayurá**: o **Moitarah**. O posto aparece na vida da aldeia como sendo mais um parceiro de trocas, assim como eles encaram os outros grupos indígenas que vivem por perto. A grande diferença é com relação à natureza dos artigos que podem ser obtidos com uns e outros.

Com isso notamos que mesmo mantendo um contato intenso com o posto e dependendo exclusivamente deste para a obtenção de determinadas coisas, os **Kamayurá** não mudaram a sua visão de mundo. Apenas incorporaram um novo grupo de troca: o posto indígena.

E o Parque do Xingu?

Não é sem razão que o Parque Indígena do Xingu esteja ligado às figuras quase legendárias dos irmãos Villas Boas. Após a expedição Roncador-Xingu, em que participaram, de 1943 a 1953, cujos objetivos era fazer campos de pouso para a futura rota aérea Rio-Manaus, encontraram grupos indígenas que praticamente se mantinham inalterados, como os encontrados em 1884 o expedicionário alemão Von den Steinen. Uma só coisa mudara: o número! Estavam tremendamente reduzidos, vítimas de várias epidemias que para lá foram levadas pelo branco ou por indígenas que freqüentavam o Posto Simão Lopes. Nessa época, os que não morreram no primeiro contágio passaram a ser transmissores das doenças, espalhando-se por toda a região.

Para evitar novas tragédias, os Villas Boas decidiram permanecer no alto Xingu, tentando preservar aquele universo que não deveria ser diferente do mesmo que encontrara os portugueses ao invadir o país 500 anos antes. Graças à nova mentalidade que reinava no SPI (Serviço de Proteção ao Índio) sob a direção de José Maria Malcher, um grupo de personalidades representativas, entre as quais se destacavam Darcy Ribeiro e Orlando Villas Boas, apresentou em 1952 ao vice-presidente da República a proposta de criação de um Parque Indígena no alto Xingu. A idéia foi aceita e Orlando nomeado primeiro diretor do Parque.

Os grupos econômicos, que já haviam "descoberto" o Brasil Central, logo responderam, subornando o governo do Mato Grosso, que facilitou a compra de três milhões de hectares, aproximadamente 85% do Parque Indígena. Alertado, o governo federal exigiu a anulação da venda, mas os fazendeiros recorreram e os processos estão até hoje correndo na Justiça.

Vencida essa fase crítica, outro problema surgiu em 1954 e que abalou profundamente a proposta do Parque: uma epidemia de sarampo se alastrou por todos os grupos, chegando em algumas aldeias dizimar 40% da população. Isso obrigou a direção a introduzir medidas mais rígidas de saúde pública, como a vacinação e o controle sanitário, o que não impediu que outras epidemias ocorressem, como aconteceu no final dos anos 50 e na década de 60. Mas já tinham condições para superá-las com maior êxito, com uma população mais resistente às doenças do branco.

Apesar de existir de fato desde 1952, só a 19 de abril de 1961 o Congresso Nacional aprovou o decreto presidencial criando oficialmente o Parque, assinado pelo então presidente Jânio Quadros. Com 14 grupos indígenas, pertencentes à várias tradições culturais, eles se mantiveram em suas regiões primitivas, com exceção dos Mentuktire (Txukahamãe), que tiveram de ser transferidos para o interior do Parque, devido à construção da BR-080, que alterou os limites da área. Mais dois grupos foram levados para lá em épocas

diferentes: em 1967 os Txikão, que tiveram de ceder às pressões dos fazendeiros sobre sua área, e em 1969 os Tapayuna (Beços de Pau), que se encontravam em vias de extinção.

A chegada do presidente Médici ao governo, veio trazer uma reviravolta na política que estava sendo adotada pelo então ministro do Interior, general Albuquerque Lima. Este havia aumentado o Parque Indígena do Xingu de 22 para 30 mil quilômetros quadrados, como também autorizado a criação de mais três parques: o de Tumukumaque, ao norte do Pará, o de Aripuanã, a oeste de Mato Grosso, e o do Araguaia, na Ilha do Bananal. O novo presidente-general introduz a política dos projetos impactos (decretos ditatoriais) e é a época do "milagre brasileiro" (para os ricos, claro). É desta mesma ocasião o Estatuto do Índio, que abre brecha para se mexer nos territórios indígenas. Em 1970, a BR-080 corta o Parque, sob protesto dos índios, dos antropólogos e de muitas entidades do Brasil e do exterior. A todas essas críticas, impavidamente respondia o novo presidente da Funai, general Bandeira de Melo:

"Não se pode deter o desenvolvimento do Brasil por causa do Parque do Xingu..."

Tentando sobreviver contra a nova política da Funai, o Parque aos poucos foi aderindo ao esquema integracionista, mas de uma maneira menos brutal. Contou com algumas fases mais independentes, como o período de 1975 a 1978, quando esteve na sua direção o antropólogo Olympio Serra.

Foi quando se começou a luta pela reintegração da faixa de 40 quilômetros ao norte do Parque, desmembrada durante a construção da BR-080. O resultado veio em 1984: uma faixa de 15 quilômetros de largura, ao longo da margem direita do rio Xingu foi demarcada.

A partir de 1980, vários episódios ocorreram no Parque, como o massacre de onze peões, o aprisionamento de um avião Cessna e o fechamento da BR-080, com o confisco de uma balsa (ver PORANTIM n.ºs 22, 55 e 63). Isso mostrou que os grupos xinguanos não mais aceitavam a tutela paternalista da Funai e desejavam se integrar à luta dos seus irmãos indígenas no Brasil pela recuperação da terra.

As denúncias que fizeram em 1983 sobre as precárias condições de saúde no Parque foram pedras que quebraram a bela vitrine que a Funai havia criado para mostrar "índios brasileiros" para ilustres visitantes estrangeiros, mantendo assim uma fachada de política humanista. O território primitivo foi recuperado. Espera-se, agora, que Megaron, líder Mentuktire, sobrinho de Raoni e atual diretor do Parque, encontre o verdadeiro caminho para a sobrevivência autêntica dos povos do alto Xingu.

Superfície total do Parque do Xingu: 3.214.812 hectares
População total: 2.287

NAÇÃO	GRUPO LINGUÍSTICO	POPULAÇÃO
Aweti	Tupi	36
Juruna	língua isolada	82
Kalapalo	Karib	191
Kamayurá	Tupi	207
Kayabi	Tupi	364
Kreen-Akarore	Jê	83
Kuikuro	Karib	221
Matipú/Nahukwá	Karib	74
Mehinaku	Aruak	95
Mentuktire ou Txukahamãe	Jê	346
Suyá	Jê	114
Tapayuna ou Beço de pau	Jê	31
Trumai	língua isolada	71
Txikão	Karib	107
Waurá	Aruak	130
Yawalapiti	Aruak	135

Este Suplemento foi elaborado pela antropóloga Maria Lúcia de Macedo Cardoso

Leitura recomendada

- BASTOS, Rafael J. de Menezes — A musicologia kamayurá. Brasília, Funai, DGPC, 1979
- DAVIS, Shelton — Vítimas do Milagre. Rio, Zahar Editores, 1978
- JUNQUEIRA, Carmem — Os índios de Ipavu: um estudo sobre a vida do grupo Kamayurá. São Paulo, Ática, 1975
- FORANTIM n.º 22. Manaus, setembro de 1980
- SEEGER, Anthony — Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio, Campus, 1980